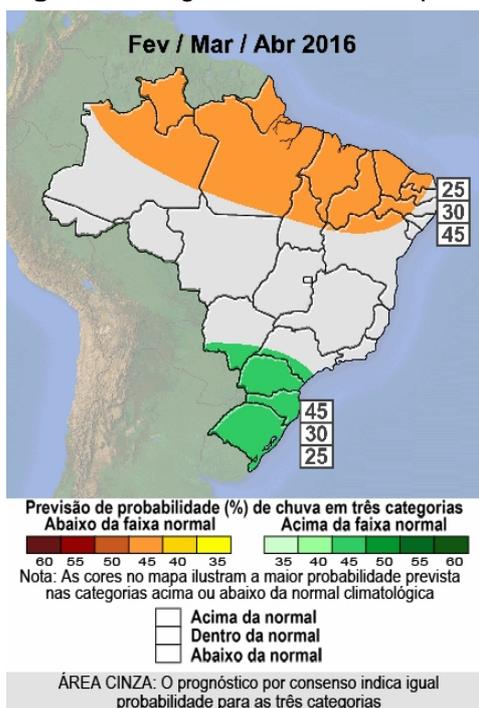




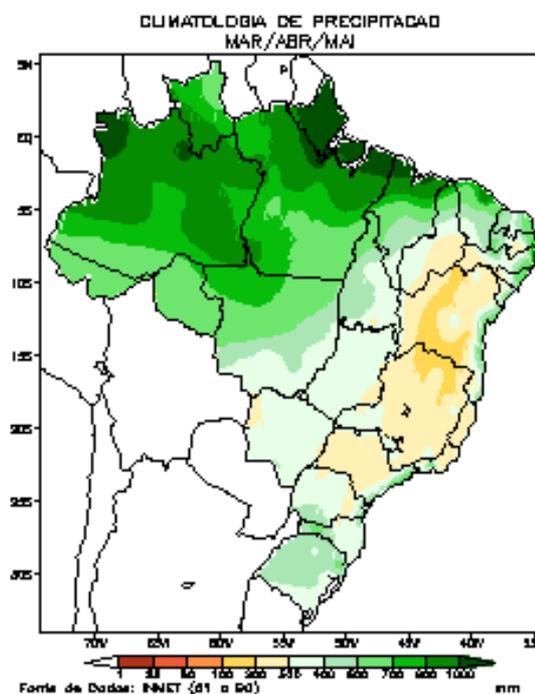
1. Previsão Climática Sazonal do Semiárido.

Figura 1. Prognóstico Climático para FMA.



Fonte: CPTEC/INPE

Figura 2. Prognóstico Climático para MAM



Precipitação | T. Máxima | T. Mínima
Fonte: CPTEC/INPE

O clima tem sido profundamente influenciado pela presença do fenômeno *El Niño*. Os últimos indicadores atmosféricos e oceânicos mostram sinais de enfraquecimento do atual episódio, ainda assim esse fenômeno deve influenciar negativamente no regime de chuvas do Semiárido nos próximos meses. Essa situação pode ser depreendida dos dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC). Esse mesmo Centro demonstra que, para o trimestre de fevereiro, março e abril de 2016 (FMA/2016), a previsão climática por consenso indica maior probabilidade de o total trimestral de chuva ocorrer na categoria abaixo da normal climatológica, em grande parte das regiões Norte e Nordeste, na faixa que vai desde o nordeste do Amazonas até o norte da Bahia, com distribuição de probabilidade de 25%, 30% e 45% (esses números correspondem às categorias acima, dentro e abaixo da faixa normal climatológica). As demais áreas do País (área cinza do mapa) apresentam igual probabilidade para as três categorias. Além disso, a previsão indica maior probabilidade de temperaturas acima da média, em quase todo o País, para o trimestre considerado, principalmente no interior da Região Nordeste, com isso, todo o Semiárido poderá ser afetado. Destaca-se que podem ocorrer chuvas esporádicas e irregulares em sua distribuição espacial e, mesmo em anos de forte *El Niño*, todavia os totais acumulados, constantemente, não superam a média climatológica. A Figura 2 mostra que este episódio



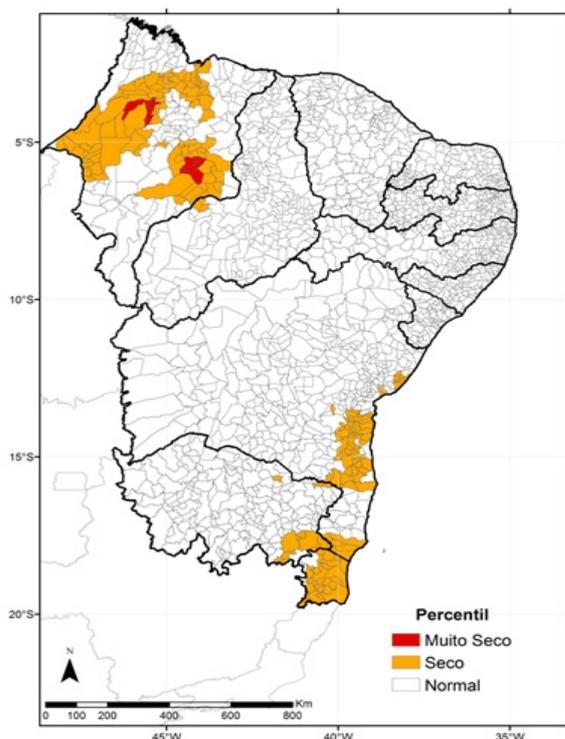
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Estudos Econômicos
Coordenação-Geral de Estudos e Análises

perdurará até o trimestre de março, abril e maio (MAM). Portanto, as quadras chuvosas do Semiárido ainda serão influenciadas pelo fenômeno *El Niño*.

Climatologicamente, há diferentes regimes de chuvas no NE. Segundo Rao *et al*, 1993, no norte da Região, a estação chuvosa é de março a maio; no sul e sudeste, as chuvas ocorrem principalmente de dezembro a fevereiro, se incluir a região central e o noroeste do Estado da Bahia, além do extremo sul do Estado do Piauí, o período chuvoso inicia-se em novembro; já no leste da Região, a estação chuvosa é de maio a julho. Com base nesses dados, a seguir, traz-se à baila um estudo realizado pelo, Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Em janeiro houve excedente de chuvas. Avaliou-se o percentil para o período entre 06 de novembro de 2015 e 03 de fevereiro de 2016 e constatou-se que há apenas algumas áreas em que ainda permanecem a condição de “Seca”. São elas o centro e o norte do Maranhão, o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo. Janeiro deste ano apresentou acúmulo de chuvas superior a 180 mm, na maior parte do Nordeste, em consequência poucos municípios da Região mantiveram a condição de “Seca” e “Muito Seca”, segundo os percentis de chuva para novembro, dezembro e janeiro (NDJ), é o que dispõe a Figura 3, abaixo.

Figura 3 – Avaliação das condições de seca para o período de 06/11/2015 a 03/02/2016.



Fonte: Cemaden

O percentil é usado como forma de classificar o status de cada município segundo o montante de precipitação recebido, conforme abaixo:

- **Muito Seco** (precipitação abaixo do percentil 15);
- **Seco** (precipitação entre os percentis 15 e 35);
- **Normal** (entre os percentis 35 e 65);
- **Úmido** (entre os percentis 65 e 85);
- **Muito Úmido** (acima do percentil 85)

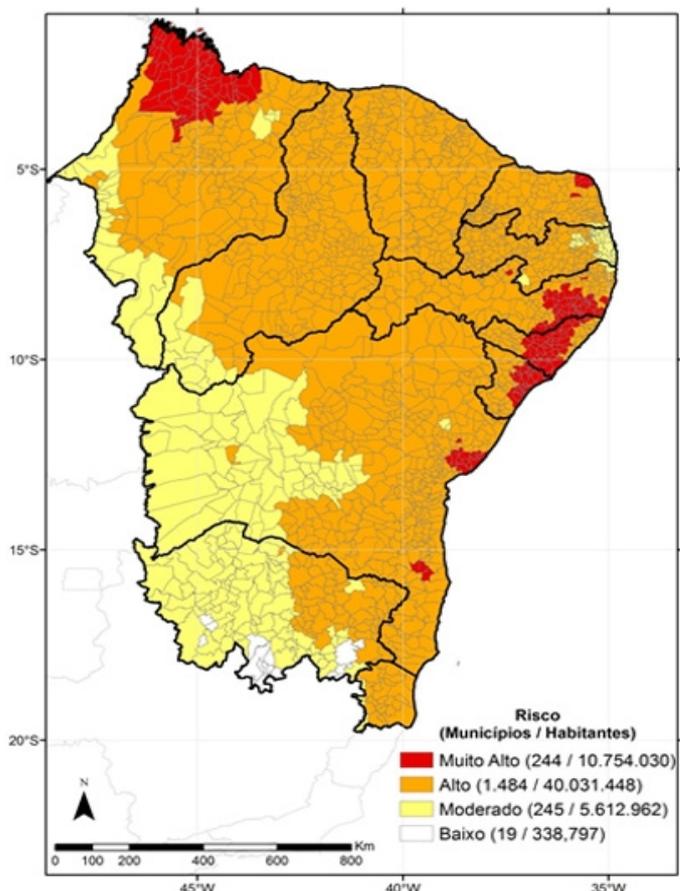
Para o cálculo dos percentis foi utilizada uma base de dados de precipitação histórica (1999-2015). Os acumulados climatológicos são organizados de forma crescente e representa a totalidade da série, ou seja, 100% dos dados. Por exemplo, o percentil 15 é o valor de precipitação (climatológica) que separa 15% dos menores valores da série dos 85% restantes.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Estudos Econômicos
Coordenação-Geral de Estudos e Análises

A condição de seca anterior, de outubro a dezembro, faz com que o risco agroclimático não tenha se reduzido significativamente no mês de janeiro. O risco moderado é verificado em grande parte da região oeste do Estado da Bahia e parte do norte de Minas Gerais, em razão dos acumulados de chuva, principalmente no mês de janeiro.

Figura 4 - Risco agroclimático para o período de 01/10/2015 a 03/02/2016.



Fonte: Cemaden

A avaliação do risco agroclimático, realizada pela Cemaden, para o período de 01/10/2015 a 03/02/2016, indicou que 244 municípios apresentaram risco agroclimático muito alto e 1.484 com risco alto (Figura 4). O risco agroclimático é estimado a partir do Número de Dias com Déficit Hídrico (NDDH), nos municípios, o qual é calculado a partir do modelo de balanço hídrico (Souza et al., 2001; Rossato et al., 2005). Ao considerar a avaliação do NDDH para o ano hidrológico de 2015/2016, que teve início no mês de outubro passado, 244 municípios foram classificados como de risco Muito Alto (mais que 75 dias com déficit hídrico) e 1.484 municípios como de risco Alto (entre 60 a 75 dias com déficit hídrico). Ressalta-se que o número é ainda elevado, principalmente na parte central e norte da Região, em função das quadras chuvosas ainda não terem iniciado.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Estudos Econômicos
Coordenação-Geral de Estudos e Análises

2. Entidades do Semiárido recebem capacitação para fazerem o CAR.

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) capacita entidades do Semiárido com intuito de ajudá-las a obterem o Cadastro Ambiental Rural (CAR). O CAR é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. Foi instituído pelo Código Florestal, Lei nº 12.651/2012.

Escolheu-se o Semiárido em função da baixa adesão ao CAR, uma vez que, de um total de 76 milhões de hectares cadastráveis, apenas 35,5% já foram cadastrados, segundo o último boletim do SFB. Cinco organizações foram escolhidas por meio de Edital para ajudar a inscrever 62,5 mil propriedades e posses rurais em 218 municípios dos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia. São elas: a Organização de Apoio aos Agricultores e Criadores do Sertão e Semiárido de Alagoas (Oascal); a Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba (Funetec), o Instituto Potiguar de Desenvolvimento de Comunidades (Idec), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Cooperativa de Profissionais Especializados em Serviços para Agricultura Familiar (Ecoterra). Os recursos para o apoio a essa ação advêm de uma parceria do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) com o Fundo Socioambiental da Caixa.

3. Conab registra crescimento agropecuário no Semiárido.

É o que demonstram os dados do balanço publicado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em 29 de janeiro, de 2016. Esse crescimento da produção agropecuária no Semiárido, em parte, é devido ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No último ano, os recursos aplicados no Semiárido, por meio do PAA, foram da ordem de 20% do valor operado, o que representa R\$ 56,7 milhões e um aumento de 36%, quando comparados com os valores repassados em 2014. Esse aporte beneficiou mais de 7 mil agricultores familiares, que garantiram a comercialização de seus produtos. Do valor total aplicado no Programa, a maior parte foi destinada à Compra com Doação Simultânea (CDS).